

PROJETO PEDAGÓGICO DO

CURSO DE

APERFEIÇOAMENTO:

**“SEJA DEMOCRACIA - FORMAÇÃO
E MOBILIZAÇÃO DE LIDERANÇAS
PARA A DEFESA DA
DEMOCRACIA”**

1 – APRESENTAÇÃO

O curso de **Pós-Graduação (Aperfeiçoamento) Seja Democracia: Formação e Mobilização de Lideranças para a Defesa da Democracia** foi planejado e estruturado a partir das experiências e aprendizados da Escola do Parlamento acumulados na oferta de três turmas do Curso de Especialização em Legislativo e Democracia no Brasil, a experiência acumulada na oferta de uma primeira turma do Curso de Especialização em Legislativo, Território e Gestão Democrática da Cidade, e da frutífera parceria constituída entre a Escola e o Instituto Maria e João Aleixo (IMJA), via sua frente de formação política Instituto Pensamentos e Ações para a defesa da Democracia (IPAD). O Projeto Pedagógico aqui apresentado foi elaborado de maneira conjunta pela equipe destas instituições no primeiro semestre de 2021, constituindo-se como um esforço de identificação, tematização e compreensão de demandas emergentes no cenário da formação de lideranças políticas da sociedade civil, em especial em seu recorte de promoção do aumento da mobilização e participação política das populações periféricas.

Configurando-se como a expressão de uma intencionalidade formativa em torno da aprendizagem sobre a democracia, sociedade brasileira e mobilização política, este Projeto Pedagógico organiza e estrutura a concepção de formação assumida pela Escola do Parlamento e suas parceiras, os princípios teórico-metodológicos que balizam as escolhas em torno da capacitação a ser oferecida, os objetivos perseguidos e a organização acadêmica que delimitam o percurso de aprendizagens definido para os alunos.

2 – CURSO E ÁREA DO CONHECIMENTO

Curso: Pós-Graduação *Lato Sensu* - Aperfeiçoamento - **Programa Seja Democracia – Aperfeiçoamento de Lideranças**

Área do Conhecimento: **Ciências Humanas**

Área de Concentração: **Movimentos Sociais e Mobilização Política**

3 – JUSTIFICATIVA

A criação da Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo pretendeu responder a um conjunto de demandas sociais relativas ao aprimoramento da democracia, à formação continuada de parlamentares e dos servidores públicos que operam cotidianamente as funções típicas do Parlamento, à melhoria da eficácia, eficiência e efetividade do Poder Legislativo, incluindo sua responsividade frente à sociedade civil, à formação e criação de redes de diálogo entre as lideranças cívicas e políticas e ao fortalecimento de arenas para a discussão dos rumos e projetos de desenvolvimento para a Cidade. Desse modo, o Ato nº 1311/11, da Mesa Diretora da Câmara Municipal de São Paulo estabeleceu como objetivos da Escola do Parlamento:

I – Oferecer ao parlamentar e aos servidores subsídios para identificarem a missão do Poder Legislativo para que exerçam de forma eficaz suas atividades;

II – Propiciar a possibilidade de complementação de estudos em todos os níveis de escolaridade;

III – oferecer aos servidores conhecimentos básicos para o exercício de funções diversas dentro da Câmara Municipal de São Paulo;

IV – qualificar os servidores nas atividades de suporte técnico-administrativo, ampliando a sua formação em assuntos legislativos;

V – desenvolver programas de ensino objetivando a formação e a qualificação de lideranças comunitárias e políticas;

VI – estimular a pesquisa técnico-acadêmica voltada à Câmara Municipal em cooperação com outras instituições de ensino;

Complementarmente, o Ato 1186/12, que instituiu o Regimento da Escola do Parlamento assinalou, em seu artigo 1º, que caberia à Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo, a atribuição de sediar “a produção, a gestão e a difusão de conhecimento sobre o município de São Paulo e seus diversos aspectos socioeconômicos, políticos, ambientais, sanitários, educacionais e culturais” e que ela seria responsável, também, por propiciar “o intercâmbio e transferência de conhecimentos entre as diversas Casas Legislativas”.

É na perspectiva de cumprir o mandato público que fundamentou sua criação e que lhe confere identidade institucional que a Escola do Parlamento tem se organizado como centro de reflexão, produção de conhecimento, difusão, disseminação de análises e propostas de desenvolvimento para a cidade de São Paulo, bem como espaço privilegiado de discussão, problematização e esforço para o aprimoramento da democracia brasileira e da atuação do Poder Legislativo (em especial, do Poder Legislativo Local).

Na esteira desse esforço, a Escola tem promovido atividades de caráter educacional e formativo em diálogo com movimentos sociais, representantes do Poder Legislativo, membros dos Poderes Executivo e Judicial, mas também tem promovido uma crescente e plural agenda com setores das universidades brasileiras, assim como tem articulado esses conhecimentos acumulados na constituição de um Programa de Pós-Graduação que teve, em sua primeira e bem sucedida experiência, promovido uma sólida discussão sobre as relações entre poder legislativo, democracia e ação política por meio do Curso de Pós-Graduação em nível de Especialização Legislativo e Democracia no Brasil - CLDB, ofertado para três turmas distintas, e, em contexto seguinte, constituiu e está promovendo um debate aprofundado sobre o território da cidade, sobre as relações entre poder legislativo, democracia e ação política e sobre a gestão de políticas públicas no âmbito local por meio do curso Legislativo, Território e Gestão Democrática da Cidade – LTGDC.

A promoção de atividades conjuntas entre estas instituições sublinhou a oportunidade de articular o debate voltado para as instituições políticas e de Estado promovido no âmbito da Escola do Parlamento com o acúmulo das discussões teóricas e práticas na reflexão sobre a sociedade civil, a formação política e a mobilização em prol da democracia empreendidas pelo Instituto Maria e João Aleixo e seu braço de formação política, o Instituto de Pensamentos e Ações para a Defesa da Democracia, motivo pelo qual se constitui essa proposta, delineada em seus aspectos normativos nos seguintes parágrafos.

A construção e o desenvolvimento da modernidade ocidental encontram no binômio cidadania-democracia um dos seus pilares fundamentais. Tal conexão está relacionado a produção de uma noção de 'contrato social', de natureza política, forjado tanto no campo da filosofia política quanto na própria produção das institucionalidades dos Estados Modernos.

Ocorre que, ao produzir o binômio cidadania-democracia, a modernidade sustentou a possibilidade da existência de um território em que essa identidade e essa relação política eram válidas (o território metropolitano) e outro território em que essa identidade e essa relação política não eram válidas (o território colonial/colonizado).

Assim, a democracia liberal e a cidadania moderna permitiu (e, mais do que isso, ordenou) um avesso de seus princípios, no qual determinados sujeitos e determinadas nações eram excluídas de sua abrangência e de seu lado luminoso.

Além dessa cisão territorial, também foram evidentes na construção da cidadania e da democracia liberal tipicamente modernas, a negação do status de cidadão às mulheres, às populações africanas ou afrodiáspóricas e aos povos originários da América. Também estavam alijados da plenitude da cidadania e da democracia os pobres e a classe trabalhadora.

Assim, a democracia liberal e o estatuto jurídico da cidadania sustentaram também um contrato de dominação de classe (cf. T.S. Marshall), de dominação sexual ou de gênero (cf. Carole Pateman) e um contrato de dominação racial (cf. Charles W. Mills).

A democracia brasileira, produzida basicamente no século XX, é atravessada por essas três marcas excludentes do projeto de cidadania moderno. E, para desfazer essa conexão perversa, é fundamental enfrentar e discutir o patrimonialismo, o racismo estrutural e o machismo/patriarcado como forças organizadoras da desigual distribuição do poder político e dos direitos da cidadania.

Desta forma, o objetivo central da parceria é, por meio de um consistente percurso formativo, ampliar os espaços de formação e de mobilização pela defesa da democracia e da república brasileira, de corpos que foram excluídos até então do projeto de cidadania moderno. O percurso terá como princípio a radicalização da democracia e da república brasileira, no sentido de focalizar potentes caminhos para a superação da desigualdade estrutural, representados pelas formas patriarcais, patrimonialistas e racistas que a sustentam.

4 – OBJETIVO GERAL E OBJETIVOS ESPECÍFICOS

4.1 – OBJETIVO GERAL

Formar lideranças com visão crítica sobre a democracia, engajados no estudo, na organização e promoções de iniciativas de: a) aprofundamento da democracia contemporânea, b) da ampliação da participação social e política das populações periféricas, e c) na difusão de ações de formação política.

4.2 – OBJETIVOS ESPECÍFICOS DE APRENDIZAGEM

Espera-se que, no percurso formativo oferecido na parceria entre a Escola do Parlamento, o Instituto Maria e João Aleixo, por meio de seu braço de formação política, o Instituto de Pensamentos e Ações para a Defesa da Democracia, os estudantes possam desenvolver e/ou ampliar sua capacidade de:

- a) Identificar, compreender e problematizar a configuração das democracias contemporâneas, seus limites institucionais, suas potencialidades e as conjunturas de crise em torno da representação que têm sido vivenciadas nas sociedades contemporâneas e, particularmente, na sociedade brasileira.
- b) Identificar, compreender, problematizar e discutir soluções para amplificar e aprofundar a qualidade da democracia e da participação social e política dos cidadãos, em particular em contextos subnacionais (estados e municípios) e comunitários.
- c) Identificar, compreender, problematizar e discutir caminhos para a interação entre o funcionamento do regime democrático e a emergência de novos atores sociais e políticos (individuais e coletivos) bem como a emergência de tecnologias de informação e comunicação no cenário global.
- d) Constituir, articular e mobilizar espaços e núcleos de ação de atuação em comunidades periféricas voltados à reflexão crítica sobre a democracia brasileira, seus desafios, à reflexão sobre quais são as ações de caráter social e político que podem promover sua transformação.
- e) Analisar, articular, mobilizar espaços e núcleos de ação de atuação em comunidades periféricas voltados à promoção da mobilização social para a promoção da transformação e aprofundamento da democracia brasileira.

5 – DIRETRIZES METODOLÓGICAS E CONCEPÇÃO DE FORMAÇÃO

Compreender as interações políticas, culturais e socioeconômicas que estruturam a democracia contemporânea no âmbito das nacionalidades e subnacionalidades é um empreendimento intelectual rigoroso e forçosamente **interdisciplinar, polifônico e rizomático**¹.

Interdisciplinar, na medida em que convoca a participação de campos do conhecimento diversificados como a ciência política, a economia, a sociologia, a antropologia e a administração pública, entre outros. E os convoca de modo duplo: no aprofundamento radical de sua especialidade (que permite que se possa mobilizar ao máximo as categorias analíticas cunhadas em cada campo) e na adoção intencional de uma vontade dialógica que rompa as fronteiras singulares das disciplinas, conectando suas raízes e seus caminhos de análise.

Polifônico, na medida em que exige o acolhimento a vozes, sistemas de representação e demandas de atores e sujeitos políticos (individuais e coletivos) que nem sempre encontram guarida na produção acadêmica mais convencional e que se situam na fronteira dos temas inovadores e disruptivos das ciências sociais e humanas.

Rizomático, na medida em que institui uma lógica do acolhimento das múltiplas parcialidades (temáticas, epistêmicas, metodológicas) afastando-se de uma perspectiva por demasiado estruturalista segundo a qual o campo científico guardaria uma lógica de construção de suas perguntas e problemas definida a priori da experiência de produção de conhecimento e restritiva de investimentos que – a primeira vista – lhe seriam subversivos.

Tal concepção, ao somar-se ao esforço engajado de promoção da mobilização política, exige uma estrutura curricular que movimente campos de diálogo interdisciplinar, que proponha aos estudantes estudos e vivências de caso e situações de aprendizagem baseada em problemas e que permita a abertura a temas emergentes e de fronteira.

¹ Conforme DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia, Vol. 1, Tradução de Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2000.

No que tange à abordagem didático-metodológica, o conjunto de aulas serão conduzidas a partir da mobilização de *sequências didáticas*, organizadas a partir de um percurso que se inicia com uma *questão mobilizadora* (pergunta geradora, emergente do campo temático de cada área), avança para um momento de *mobilização dos conhecimentos prévios e representações já disponíveis na turma* (individual, em duplas ou em grupos), continua em direção do momento de *estudo temático e aprofundamento de conhecimentos* (em forma de leituras, fruição de vídeos de curta, média e longa duração) e se conclui na etapa de *sistematização de conhecimentos* (quando os estudantes organizam suas aprendizagens de modo a consolidar descobertas que realizaram ao longo da sequência didática). Com essa perspectiva, a avaliação da aprendizagem se fundamenta numa visão de acompanhamento e monitoramento do desenvolvimento contínuo das competências e habilidades dos estudantes a partir dos registros produzidos ao longo das sequências didáticas.

6 – PÚBLICO-ALVO

Pessoas participantes de coletivos, movimentos sociais e culturais, instituições da sociedade civil, universidades, associações ou lideranças comunitárias com interesse em atuar como multiplicador dos conteúdos teóricos e metodológicos do IPAD em seus territórios. Em nossos critérios de seleção buscaremos atender a paridade de gênero, étnica e identitária, além da diversidade cultural representativa dos territórios periféricos.

7 – COORDENAÇÃO

A coordenação será exercida por um integrante do quadro de servidores da Escola do Parlamento, designado pelo Diretor-Presidente da Escola

Coordenador do Curso:

Alexsandro do Nascimento Santos

Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo, integrante da carreira de Consultor Técnico Legislativo, na Câmara Municipal de São Paulo.

8 – CERTIFICAÇÃO ESPECIAL

A Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo, o Instituto Maria e João Aleixo (IMJA), via sua frente de formação política (Instituto de Pensamentos e Ações para a defesa da Democracia - IPAD), após avaliarem a oferta dos dois primeiros módulos do percurso formativo e, tendo em vista:

- a) a densidade e a abrangência das reflexões realizadas ao longo dos dois primeiros módulos do percurso formativo;
- b) a produção de conhecimento realizada nos dois primeiros módulos, articulando intencionalmente os saberes legitimados academicamente aos saberes da experiência de ativistas, militantes e dos sujeitos da ação política das comunidades negras e periféricas do Brasil;
- c) o reconhecimento da relevância de realizarmos a adequada certificação dessa experiência formativa em nível de pós-graduação.

Construíram a decisão compartilhada de oferecer a possibilidade de certificação especial dos cursistas em nível de pós-graduação, na seguinte conformidade:

- a) Aproveitamento dos Estudos e Experiências Formativas realizadas no primeiro módulo, totalizando 45 horas de formação em atividades curriculares realizadas em formato on-line, nas modalidades síncronas e assíncronas,
- b) Aproveitamento dos Estudos e Experiências Formativas realizadas no segundo módulo, totalizando 45 horas de formação em atividades curriculares realizadas em formato on-line, nas modalidades síncronas e assíncronas,
- c) Realização de estudos e experiências formativas do terceiro módulo, totalizando 30 horas de formação em atividades curriculares realizadas em formato de mentoria e mentoria para a constituição dos núcleos de formação nos territórios.
- d) 60 horas destinadas à realização do Projeto Especial de Ação (PEA), na forma de planejamento, articulação e constituição de núcleo de formação nos territórios, de acordo com a metodologia proposta pelo IPAD.

e) 8h destinadas ao Seminário de Sistematização e Diálogo, a ser realizado no mês de agosto.

Os estudantes que foram adequadamente certificados nos dois primeiros módulos do percurso formativo e que possuem diploma de nível superior emitido por instituição regular de ensino superior até o dia 31 de janeiro de 2021, nos termos da legislação vigente, farão jus à certificação especial, na modalidade aperfeiçoamento, com carga horária total de 198 horas.

Os estudantes que foram adequadamente certificados nos dois primeiros módulos do percursos formativo e que não possuam diploma de nível superior nos termos definidos pela Escola do Parlamento, farão jus à certificação simplificada, na modalidade extensão universitária, com a carga horária do terceiro módulo.

A Escola do Parlamento entrará em contato com os participantes para regularizar a documentação necessária à certificação

9 – ESTRUTURA CURRICULAR

Este curso de aperfeiçoamento, em sua integralidade, envolve o aproveitamento dos estudos e experiência formativas promovidas nos módulos do percurso formativo promovidos em parceria entre a Escola do Parlamento e o Instituto Maria e João Aleixo, por meio de seu braço de formação política, o Instituto de Pensamentos e Ações para a defesa da Democracia, resumidamente descritos nesta seção, bem como as atividades do Módulo 3, detalhadas abaixo.

MÓDULOS 1 e 2

Objetivo: Promover debate acerca das limitações, atravessamentos e desafios que o racismo estrutural e a estrutura patriarcal de poder, como pilares da modernidade ocidental, atravessam a qualidade da democracia no Brasil. Além disso, identificar, analisar e compreender a sub-representação, o silenciamento e a negação da participação de mulheres e homens negros nos espaços de poder e decisão da democracia no Brasil. A partir desses conhecimentos, refletir, dialogar e elaborar sentidos e significados em relação aos impactos do racismo estrutural e da relação patriarcal de poder na construção

das subjetividades políticas das pessoas negras e das mulheres no Brasil e, de maneira coletiva, construir alternativas para ampliar a participação de pessoas negras e de mulheres na democracia e nos espaços de decisão política.

Tais atividades serão realizadas por meio dos seguintes seminários:

1º SEMINÁRIO: ENFRENTANDO O PATRIMONIALISMO NA DEMOCRACIA BRASILEIRA

TEMA	Palestrantes
A Elite do Atraso e o Patrimonialismo Brasileiro	Prof. Dr. Jessé de Souza Mediação: Prof. Dr. Alexsandro Santos Apresentação do curso: Prof. Cleber Ribeiro
Desafios de uma sociedade patrimonialista	Eduardo Marinho Mediação: Prof. ME. Auta Azevedo
Corpos dissidentes na ruptura do Patrimonialismo Brasileiro.	Prof. Dr. Dani Balbi Mediação: Prof. Douglas Vina

2º SEMINÁRIO: RACISMO ESTRUTURAL – O LIMITE DA DEMOCRACIA BRASILEIRA

TEMA	CONVIDADOS
Racismo: entre a cultura e a estrutura os limites/desafios da democracia brasileira.	Prof. Dr. Valter Roberto Silvério
A mulher negra na política institucional ensinando a transgredir o racismo estrutural.	Jô Oliveira - Vereadora do município de Campina Grande (Campina Grande - PB)
O lugar do racismo estrutural na democracia brasileira	a definir

3º SEMINÁRIO: PATRIARCADO E DOMINAÇÃO DE GÊNERO – A CENTRALIDADE DOS CORPOS FEMININOS NA DEMOCRACIA BRASILEIRA

TEMA	CONVIDADOS
O patriarcado da sociedade brasileira: ruptura a partir da luta de gênero, de classe e racial.	Prof. Ciani Sueli das Neves

O Bem Viver das mulheres mães negras, indígenas e periféricas abalando a estrutura do patriarcado.	Indígena, ativista feminista Urbano Debora Aguiar
A luta das mulheres indígenas por direitos no centro da radicalização da democracia.	a definir

MÓDULO 3

Objetivo: Realizar acompanhamento e mobilização dos núcleos de formação política.

O que são núcleos de formação em defesa da democracia?

São grupos compostos por pessoas que se reúnem a partir da necessidade de construir ações que melhorem a vida dos moradores de sua comunidade/favela, bairro, município, por meio da Formação, Organização e Ação política coletiva capaz de transformar sua realidade.

O percurso formativo será realizado, via encontros de Grupos de aprendizagem e realização dos núcleos nas periferias.

Aula 01. Encontro inaugural - Apresentação da proposta do módulo. Compartilhamento das experiências de formação de núcleos já efetivados.

Neste módulo, os encontros serão por grupos de aprendizagem: os alunos das turmas serão agrupados por finalidade, como temas e localização do Núcleo, em grupos de até 20 pessoas para que possam trocar experiências sobre os encontros de seus núcleos e, com isso, construir uma rede de aprendizagem.

1º encontro de grupos de aprendizagem

Objetivo: Compartilhamento e alinhamentos das primeiras ações do núcleo de formação política. Orientação para a construção do relatório de apresentação e análise das ações realizadas pelo núcleo.

2º encontro de grupos de aprendizagem

Objetivo: Compartilhamento dos conteúdos e conceitos trabalhados nos núcleos de formação política.

3º encontro de grupos de aprendizagem

Objetivo: Troca de experiências acerca da adesão e participação das pessoas dos territórios periféricos nas ações dos núcleos de formação política.

4º encontro de grupos de aprendizagem

Objetivo: Avaliação final do percurso dos núcleos de formação política e análise da sustentabilidade de suas ações para o futuro.

Seminário de encerramento “Os núcleos de formação política na defesa da democracia”

Objetivo: Realizar ciclo de evento em que as pessoas, integrantes do núcleo, consiga indicar os desafios e possibilidades da democracia brasileira.

Sobre avaliação do módulo:

Como material de avaliação, o aluno deverá apresentar relatório de apresentação e análise das ações realizadas pelo núcleo.

Tempo do módulo:

20 horas de encontros dos grupos de aprendizagem

30 horas de realização das ações do núcleo de formação política

10 horas de estudo orientado e construção do relatório de apresentação e análise das ações realizadas pelo núcleo.